

BALZAC E TOCQUEVILLE: A MUDANÇA SOCIAL NA FRANÇA REVOLUCIONÁRIA

Sara Ramos Cordeiro¹

RESUMO: *Este ensaio pretende abordar, respectivamente, a produção artística e intelectual de Honoré de Balzac e Alexis de Tocqueville com relação à realidade social e histórica em que foram produzidas. Em se tratando de dois grandes nomes da intelectualidade francesa, cujas dimensões das suas obras extrapolariam os limites de um texto dessa natureza, pretendemos apenas indicar, a título de sugestão, alguns pontos relevantes de proximidade no pensamento desses dois autores no que concerne à mudança social na França no período revolucionário (1789-1848).*

PALAVRAS-CHAVE: *Balzac, Tocqueville, França (1789-1848), pensamento social.*

Introdução

O período em que viveram Balzac e Tocqueville foi marcado por uma sucessão de golpes e revoluções políticas com forte impacto na estrutura social. De 1789 a 1848, a França foi sacudida por violentas manifestações e alternância de regime político. A emergência da burguesia, assinalada pela Revolução de 1789; o império napoleônico e a nova nobreza militar; a Restauração marcada pelo reacionarismo de Carlos X; a vitória orleanista em 1830 e, finalmente, a ascensão e consolidação de uma burguesia em 1848, são os marcos das sucessivas mudanças a que nos referimos. Essas crises estavam ligadas à decadência de um modelo político-econômico, que na Inglaterra teve início um século antes, repercutindo por toda a Europa, mas principalmente pela forma violenta que teve, na França. Com base nesses acontecimentos, gostaríamos de analisar como o “externo”, ou seja, a realidade social vivida e observada se converte em objeto por excelência de suas obras.

Nosso ponto de partida é o de que as idéias emergem de um contexto socialmente dado, vivido e experimentado por pessoas concretas e, embora pese sobre elas toda sorte de influência psíquica, moral, religiosa, biográfica, etc, isso “[...] não revelaria, com efeito, senão o seu significado individual e suas relações com os problemas biográficos e psíquicos do autor” (GOLDMANN, 1976, p. 215). Por outro lado, a contextualização da obra pode ser um indicativo do papel que as idéias desempenham na formação do conteúdo intelectual. “A tese principal desse acesso ao pensamento social é que as idéias emergem, desenvolvem-se e são determinadas pela situação sócio-histórica em que se encontram os grupos intelectuais mais experimentados” (BRAMSTEDT e GERTH, 1972, p.16). Então, poderíamos supor que Balzac e Tocqueville foram “[...] homens que participa[ram] ativamente e de vários modos das grandes lutas sociais da época e que se torna[ram] escritores através das experiências de uma vida rica e multiforme” (LUKÁCS, 1968, p. 56)?

De fato, tanto Balzac (1799-1850) como Tocqueville (1805-1859) perceberam a agonia da sociedade aristocrática e a emergência da sociedade burguesa (sociedade de mercado) como um processo social irreversível, porém trataram-na distintamente.

Para Balzac, tratava-se de um diagnóstico pessimista. Na verdade, ele sabia que o restabelecimento da antiga ordem era impossível, da mesma forma em que sentia que o avanço da nova ordem era irrefreável. Todavia, o princípio democrático empunhado nas flâmulas da Revolução não lhe parecia uma verdade possível. “A igualdade será talvez um *direito*, mas nenhum poder humano saberá convertê-lo em *fato*” (BALZAC, 2006, p.42). Muitas das suas conclusões sobre o período histórico em questão encontram-se ora no fundo ora na superfície de seus romances, formando um todo coerente em uma das mais famosas iconografias literárias da sociedade francesa, *A Comédia Humana*.

¹Doutoranda em sociologia na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Departamento de Sociologia. cordeiro.sara@gmail.com

De maneira semelhante, Tocqueville percebia que o processo que conduziria à sociedade democrática era irresistível e, nesse sentido, tornava-se fundamental conhecer a sua forma mais “pura” e extrair daí os seus ensinamentos, a fim de que fossem contidos os excessos de fanatismo que decapitaram o Antigo Regime em 1789. Foi por esse motivo que escolheu os Estados Unidos como modelo de uma sociedade democrática. Como resultado de sua viagem para aquele continente publicou em 1834 o seu famoso best-seller, *A democracia na América* no qual registrou com perspicácia suas impressões de um novo tipo de sociedade.

Além disso, através de uma pesquisa de fôlego nos registros civis e políticos da França pré-revolucionária, procurou o conjunto de antecedentes que justificaram 1789. O resultado dessa busca foi a publicação em 1856 do livro *O antigo regime e a revolução*, não tão famoso como o anterior, mas certamente muito útil para elucidar as práticas e costumes do antigo regime empalidecidos pela Revolução, bem como compreender o que ela trouxe de novo e de quais formas antigas se apropriou. Através dessas duas obras é possível apreender as tendências enunciadas por Tocqueville, compreender de onde vem e, talvez, para onde vai o curso da Revolução.

Com base nessas indicações e partindo do pressuposto de que muitos dos temas abordados pelos romancistas e intelectuais do século XIX foram forjados pela emergência da sociedade de mercado e a decadência da sociedade aristocrática, procederemos a análise de alguns pontos de convergência entre os dois autores. Começemos por Balzac.

1. A emergência da sociedade de mercado: diagnóstico pessimista dos tempos modernos

Honoré de Balzac nasceu em Tours no ano de 1799. Naquele período a França era atravessada pela maior revolução de sua história, a Revolução iniciada em 1789, que mudaria a configuração social e política do país e da humanidade como um todo. Foi no período da Restauração² (1815-1830) que ele formou sua concepção sobre a sociedade, suas normas e seus valores. O intermezzo da Restauração é a principal fonte de inspiração para os romances do autor. Nele, alguns poucos teóricos e intelectuais perceberam a agonia de uma forma de existência - à qual na época talvez não coubesse o nome de “tradicional” ou “patriarcal”, mas atualmente seria o mais preciso - e a emergência de uma nova sociedade, onde os valores que estruturavam àquelas relações foram substituídos por outros, bem mais identificáveis em nossos dias.

Apesar de muitos críticos considerarem-no um escritor conservador, devoto dos valores da aristocracia, Balzac não possuía, legitimamente, nenhum lastro com a nobreza, pelo contrário, nasceu de uma família humilde e provinciana permanecendo, senão pobre, pelo menos com muitas dificuldades financeiras até o fim de sua vida. “Pelas circunstâncias, infância, educação, psicologia e gostos, Balzac está longe de ser aristocrata [...]”. As concepções aristocráticas de Balzac foram o resultado de longos estudos. Chega a elas porque se convence que não pode haver outra saída objetiva no beco de contradições sociais” (GRIB, 1958, p.lxvi-lxvii). Politicamente, Balzac comungava as idéias de De Maistre e De Bonald³, inclusive lançando-se numa frustrada candidatura ao Parlamento a fim de converter em ação o conjunto das suas aspirações.

Mas, o que interessa em nosso caso específico, independentemente de Balzac ter sido observador ou visionário, conservador ou revolucionário, à parte os rótulos que lhe foram

² Restauração temporária da monarquia quando um descendente dos Bourbon, Louis XVIII, volta a sentar no trono real após a queda do Império de Napoleão Bonaparte. A Restauração é o regime que antecedeu ao 1º Império em 1830. Este regime, marcado pelo restabelecimento dos Bourbons vê a Realeza restabelecida em proveito de Louis XVIII (1815-1824) e de Carlos X, seu irmão (1824-1830). Em 1830, Luis Felipe substitui Carlos X no quadro de uma revolução de Julho.

³ Joseph de Maistre (1754-1821) e Louis de Bonald (1754-1840) expoentes do pensamento conservador francês e opositores políticos da doutrina liberal do século XVIII (BOTTOMORE e NISBET, 1980).

atribuídos ao longo dos séculos, é que ele, como romancista, conseguiu diferenciar as motivações da “ambição” na sociedade moderna. O que muda em relação ao antigo regime é que as possibilidades de ascensão social se estendem ao conjunto da sociedade não sendo mais restritas a uns poucos privilegiados. No entanto, talvez já pressentindo os impactos da desarticulação da sociedade, causada pelas possibilidades de ascensão social através da realização do auto-interesse, Balzac temesse esse movimento.

É a essa nova sociedade, que Balzac observa, mas também da qual participa e sente suas pressões, que ele nos aproxima com todo seu talento.

Nos dá, em a *Comédia Humana*, a história mais maravilhosamente realista da *société* francesa [...] descrevendo sob forma de crônica de costumes, quase de ano em ano, de 1816 a 1848, a pressão cada vez maior que a burguesia ascendente exercia sobre a nobreza que se reconstituía depois de 1815 [...]. Descreve como os últimos restos dessa sociedade, para ele exemplar, sucumbiram aos poucos em face da intrusão do *parvenu* vulgar da finança, ou foram por este corrompidos [...] (ENGELS apud RONAI, 1989, p.71).

E é essencialmente em Paris que Balzac observa os conflitos e as contradições de interesses que movem o homem moderno. Paris é o grande palco da vida moderna, onde o homem pode chegar ao ápice das suas potencialidades. “Daí prodígios de trabalho, e não somente trabalho do sábio que estuda até se esfaltar, ou do artista que inventa até se embrutecer, mas também o trabalho do homem especializado que corre, intriga, calcula suas palavras, mede suas amizades, entrecruza as mil redes de suas esperanças para pescar uma clientela, um cargo, um nome [...]” (TAINÉ, 1958, p.xviii).

Muitos de seus romances, ou melhor, uma parte da *Comédia Humana* que trata dos “*Estudos de Costumes*” é dedicada ao cenário parisiense com todas as suas “úlceras” e virtudes. Suas personagens são geralmente fantoches das circunstâncias. “Considerado sob esse aspecto, o homem não é nem mau nem bom, é simplesmente uma possibilidade para o bem ou para o mal, que a sociedade aplaudirá ou repudiará conforme os gritos da fortuna” (CARVALHO, 1954, p.xxvii). Ora, a sociedade moderna aplaude justamente o egoísmo, com graves conseqüências sociais. “Sob a influência venenosa da ganância todos os laços sociais começam a afrouxar, o organismo social principia a romper-se em células isoladas de indivíduos que estão em plena batalha entre si” (GRIB, 1958, p.xxxiii).

Balzac não deixou de representar fielmente em sua obra a emergência da sociedade de mercado e a ascensão de uma nova classe, a burguesia. Deslocou o objeto central dos romances de então, o amor puro e desinteressado, e trouxe à superfície os valores que formavam a nova sociedade. “Balzac compreendeu bem que não era o amor, e sim o dinheiro o ídolo de sua época e foi por isso que fez do dinheiro, ou antes, da caça ao dinheiro, como que o centro de sua obra” (BRANDES, 1956, p.xxii). Percebeu os conflitos decorrentes da busca pela realização do auto-interesse e as modificações operadas na vida coletiva e particular. Modificações estas oriundas dos progressos da ciência e da técnica que marcavam uma nova era, a era da imprensa, da publicidade e, sobretudo do capital. “Patenteava-se a ascensão prodigiosa do dinheiro, que reivindicaria um papel cada vez maior em todos os domínios. Estavam, pois, aparecendo e desenvolvendo-se as forças que passariam a moldar todo o período da história européia até a primeira guerra mundial” (RONAI, 1989, p.13).

Com isso Balzac pretende demonstrar que a busca do dinheiro como fim último e como condição generalizada na nova sociedade é que leva ao solapamento dos valores que regiam a sociedade aristocrática. Ele demonstra que a origem das “[...] ‘úlceras da civilização’ encontra-se no princípio do ‘dinheiro’, que é ele que destrói todas as fases da vida social e finalmente a humanidade mesma; que a sociedade burguesa está levando a humanidade ao caos e à degradação [...]” (GRIB, 1958, p.xxix).

Assim, podemos deduzir de sua obra que os indivíduos na sociedade do século XIX estavam submetidos a uma espécie de “darwinismo social”, onde somente os mais aptos sobreviveriam à “ação impessoal do mercado”. “Não estando reservado a alguém lugar algum – como outrora ao rei, à nobreza, ao clero – e tendo cada um direito a tudo, os esforços dos indivíduos se decuplicam e a diminuição das possibilidades se traduz pelo redobrar das energias” (ZWEIG, 1946, p.17). A nova sociedade é o campo de batalhas, a arena moderna onde os indivíduos se movem numa perpétua disputa pelos seus interesses materiais. Entretanto, os valores burgueses evoluíram com tal rapidez e tamanho alcance que atingiram até mesmo aqueles espíritos mais nobres.

1.2. Restauração como ideologia

Como vimos, Balzac percebia o desbotar dos valores tradicionais e, de certa forma, lamentava a capilarização dos valores burgueses no tecido social. É categórico na defesa dos valores da sociedade aristocrática e crítico em relação à nova concepção de vida que impera na sociedade moderna: “No tempo dos carros de gala e das velhas tradições francesas, quando o clero dominava e a frivolidade reinava nas classes superiores, havia ainda lugar para uma concepção ampla da vida. Esta desapareceu com o advento do reinado do dinheiro [...]” (BALZAC apud BRANDES, 1956, p.xv). Sua preocupação é ampliada pelo papel que atribui à aristocracia na condução dos interesses nacionais. Concebe a aristocracia como a “cabeça” de uma nação, enquanto o povo deve ser os seus “braços”. “Uma aristocracia é, de certo modo, o pensamento de uma sociedade, assim como a burguesia e seus proletários são seu organismo e sua ação” (BALZAC, 2006, p.41). Como um todo orgânico, cabeça e membros devem estar articulados para que os esforços de um não signifiquem a atrofia do outro.

Balzac não exime de culpa a aristocracia francesa na fracassada tentativa de restaurar os valores e costumes do antigo regime. Mesmo sabendo que a mudança social era irresistível, que não haveria mais legitimidade para uma sociedade fundada em privilégios e ordenada por princípios monárquicos, poder-se-ia ao menos atenuar seus efeitos perniciosos se se compreendesse que o ideal de sociedade imaginado pelos intelectuais da Restauração deveria corresponder às aspirações populares, ou seja, estar fundado numa base social concreta. “Faltou-lhe o bom senso de ver a tempo [...] que as instituições têm seus anos climatéricos em que as mesmas palavras não têm as mesmas significações, em que as idéias adotam outras vestimentas e as condições da vida política mudam totalmente de forma, sem que o fundo seja totalmente alterado” (BALZAC, 2006, p.44). Traduzido em termos gramscianos, a aristocracia francesa não foi capaz de se manter hegemônica porque não teve sua “concepção de mundo” compartilhada com o povo. A Restauração falhou porque a capacidade de direção da aristocracia sucumbiu ante as aspirações burguesas, tão distantes dos hábitos e costumes “patrícios” que não mais se harmonizavam com os interesses liberais. “De fato, logo os decrepitos projetos reacionários de Carlos X se chocaram com a dura realidade de uma França plenamente burguesa” (BORON, 2002, p.123).

Mas, paradoxalmente, suas conclusões o levam ao regime democrático. Isso talvez se explique porque se o “homem Balzac deixou-se fascinar pelo Faubourg (até cogitou apresentar sua candidatura a deputado pelo partido legitimista), o escritor, por sua vez, permanece de uma lucidez inexorável” (TAILLANDIER, 2006, p.69). Ela, a aristocracia, não compreendeu que um regime político não pode estar acima ou esvaziado de base social e a base social, neste caso a burguesia, aspirava valores democráticos. O povo francês, há séculos regido por um absolutismo despótico, ansiava por liberdade e acima de tudo igualdade. Igualdade de condições que a introdução do dinheiro agora podia oferecer, mas que a aristocracia restaurada insistia em manter para si.

Nessa época ele⁴ era como um exército operando sem base. Não havia aproveitado a paz para implantar-se no coração da nação. Pecava por uma ausência de instrução e por uma falta total de visão sobre o conjunto de seus interesses. Matava um futuro garantido em proveito de um presente duvidoso. Eis aí, talvez, a razão daquela falsa política. A distância física e moral que essas superioridades procuravam manter entre si e o resto da nação teve fatalmente por resultado, nos últimos quarenta anos, alimentar na alta classe o sentimento pessoal matando o patriotismo de casta (BALZAC, 2006, p.47).

Na sua opinião, bastava ter concedido alguns títulos nobiliárquicos, ter feito algumas alianças com a burguesia para que a aristocracia permanecesse o cérebro da França, ao invés de ter-se encurralado no seu *Faubourg* exibindo com soberba o que deveria ser usado em proveito dos interesses populares. “Ligada ao país, ela seria indestrutível; acuada em seu *Faubourg*, escorada no castelo, deitada em cima do orçamento, bastava um golpe de machado para cortar o fio de sua vida agonizante [...]” (BALZAC, 2006, p.50). Estava duplamente arruinada, primeiro por fazer questão de exibir os costumes e a etiqueta da sua estirpe para manter uma distância considerável da alta burguesia e segundo, por ter se contaminado com as novas possibilidades de lucro abandonando a vida política à burguesia emergente. Se tivesse percebido a tempo que a sua continuidade dependia de uma “modernização” da suas idéias, teria empregado seu “gênio”, na oportunidade ímpar que teve no papel de condução e reconstrução do país.

[...] podia prestar serviços verdadeiros ao país enobrecendo os juizados de paz, fertilizando o solo, construindo estradas e canais, fazendo-se potência territorial ativa, mas vendia suas terras para jogar na Bolsa. Podia privar a burguesia de seus homens de ação e de talento cuja ambição minava o poder, abrindo suas fileiras; preferiu combatê-los, e sem armas; pois possuía apenas como tradição o que outrora possuiu como realidade (BALZAC, 2006, p.50).

A aristocracia pecou por excesso de confiança na sua distinção, por falta de patriotismo, pela ausência nos negócios públicos (entenda-se políticos), enfim, por não esposar as “novas idéias” que poderiam tê-la salvado da sua vida de aparências, tão estéril quanto deletéria. Entretanto, em meio a esta conduta reprimível há um outro princípio que poderia ser substantivo na legitimação e condução do poder aristocrático, é o princípio religioso.

1.3. Religião como princípio ordenador

Sem dúvida uma das instituições que ocupa um lugar privilegiado nas prescrições de Balzac é a instituição religiosa. Entretanto, a importância da religião não está relacionada a uma convicção pessoal de fé ou crença nos desígnios divinos por parte do autor, ao contrário, “[...] por estranho que pareça, não acreditava no catolicismo, e, se o sustentava em suas obras era por motivos literários e políticos” (RONAI, 1989, p.65). A religião tem uma função social a desempenhar. Como Balzac está preocupado com a “ordem”, entende a religião como um sentimento capaz de conter os impulsos mesquinhos e egoístas do homem moderno que foram liberados pelo dismantelamento da sociedade aristocrática. Se no passado a vida transcorria sem muitas perturbações, por estar submetida a uma autoridade senhorial que assegurava uma série de garantias e direitos em troca de favores e encargos, agora ela acontece ao livre jogo da fortuna. Os “indivíduos” da nova sociedade estão entregues a si mesmos. Daí uma das preocupações do Balzac “sociólogo”: “[...] quem manda então neste país sem tradições, sem fé, sem sentimentos?” (BALZAC, 1996, p.22).

⁴ Aqui Balzac está se referindo ao *Faubourg Saint-Germain*, espécie de bairro de Paris, símbolo da alta aristocracia francesa no período da Restauração.

De fato, um dos rótulos da Revolução foi o seu ateísmo e, mais do que isso, o desprezo por tudo que estivesse ligado à Igreja. Convém ressaltar que a hierarquia política antes da Revolução estava intimamente ligada ao clero e, as relações entre seus membros e a nobreza também seguiam os mesmos interesses, portanto, a personificação da religião passou a ser alvo das reflexões dos filósofos liberais da época.

Essa reflexão lança uma luz horrível sobre a época atual, onde, mais que em qualquer outro tempo, o dinheiro domina as leis, a política e os costumes. Instituições, livros, homens e doutrinas, tudo conspira para minar a crença numa vida futura, sobre a qual se apóia o edifício social há 1800 anos. Hoje em dia, o esquife é uma transição pouco temida. O futuro, que nos esperava para além do réquiem, transportou-se para o presente. Chegar *per faz et nefas*⁵ ao paraíso terrestre do luxo e dos prazeres vãos, petrificar o coração e macerar o corpo em busca de posses passageiras, como outrora se sofria pelo martírio da vida em busca de bens eternos, eis a idéia geral! Idéia aliás inscrita por toda a parte, até nas leis, que perguntam ao legislador: “Que pagas?”, ao invés de: “Que pensas?” Quando essa doutrina tiver passado da burguesia para o povo, que será do país? (BALZAC, 1981, p.102)

Além da função social, a “religião será sempre uma necessidade política. Ousaria governar um povo de raciocinadores? Napoleão não ousou, ele perseguia os ideólogos [...]” (BALZAC, 2006, p.97).

Na França de Balzac ainda ressoavam os ecos do Terror, período em que a guilhotina era a arma utilizada para fazer calar os inimigos da Revolução, aqueles que se opunham aos seus ideais. Mas, essa maneira de manter a ordem às custas de uma repressão tirânica provavelmente incomodava o gênio pacífico e “bonachão” do velho Balzac. É o que se pode inferir de um dos diálogos de sua personagem, a duquesa de Langeais, encarnação feminina dos valores aristocráticos, com um militar liberal. “Com certeza é mais belo conduzir os povos por idéias morais do que pelo cadafalso, como no tempo do Terror, único meio que sua detestável revolução inventou para fazer-se obedecer” (BALZAC, 2006, p.98).

Assim como muitos franceses da sua época Balzac aspirava a uma sociedade pacífica, portanto, aceitava a religião católica “com todas as suas conseqüências”. Essas conclusões levam-nos a um contemporâneo seu, Alexis de Tocqueville.

2. Tocqueville – liberal às avessas

Alexis Carlis Clerel de Tocqueville nasceu em Paris no ano de 1805. Descendente da nobreza normanda é considerado um dos expoentes do pensamento conservador, embora muitos autores o classifiquem como liberal⁶ por ter tratado de questões atuais na sua época, como a liberdade e a igualdade, e por vislumbrar as tendências da marcha social em curso.

Na vida pública assumira sua fidelidade para com a Casa Bourbon, apesar de uma rápida passagem pela “dinastia Orleanista”⁷. Poderíamos supor que como político sua contribuição foi menos profícua do que como cientista social (respeitando o alcance que essa denominação representava na época). “Definitivamente, seus excepcionais dotes de observador lhe serviram muito pouco para navegar nas águas revoltas da política” (BORON, 2002, p.125). O fim da Restauração representou seu desenlace com a política, uma desilusão

⁵ Pelo lícito e pelo ilícito. (N.do T.)

⁶ Segundo Boron (2002), a recepção do livro de Tocqueville, *A democracia na América*, foi muito positiva por parte dos liberais da época. John Stuart Mill foi o seu tradutor na Inglaterra e a partir de então o jovem aristocrata seria um dos assíduos colaboradores da *London and Westminster Review*, instrumento teórico de divulgação das idéias liberais.

⁷ Em 1830, com o fim da Restauração, ascendia ao trono o duque de Orleans, Luis Felipe I (conhecido como o “rei burguês”), portanto, permanecer prestando serviços como juiz auditor na Corte significava para Tocqueville um contra-senso com a longa tradição da sua família pelos serviços devotados aos Bourbons.

que só poderia ser compensada na concretização de uma obra sólida e duradoura como a literatura.

No ano de 1831, sob o pretexto de estudar o sistema penal americano, Tocqueville partiu para os Estados Unidos determinado a conhecer de perto as características de um novo modelo de sociedade. Podemos, entretanto, nos perguntar como em um jovem aristocrata, que viveu sob o despotismo jacobino, pôde despertar o sentimento democrático? Talvez não o tenha feito por opção, mas aceitado com prudência uma inexorabilidade iminente.

Não somente para satisfazer uma curiosidade, aliás muito legítima, examinei a América; quis encontrar ensinamentos que pudéssemos aproveitar.[...] Não pretendi sequer julgar se a revolução social, cuja marcha me parece inevitável, era vantajosa ou funesta para a humanidade. Admito essa revolução como um fato consumado ou a ponto de realizar-se e, entre os povos que a viram desenvolver-se em seu seio, busquei aquele onde alcançou o desenvolvimento mais completo e mais pacífico, a fim de obter todas as conseqüências naturais e conhecer, se é possível, os meios de torná-la aproveitável para todos os homens (TOCQUEVILLE Apud BORON, 2002, p125).

Suas próprias palavras admitem muito mais uma preocupação com a ordem do que um deslumbramento com os princípios liberais. Era possível tirar da experiência os “seus ensinamentos” e administrá-los em proveito do caso francês. Afinal, como já observamos, muitos valores e costumes sustentados pela aristocracia francesa começavam a conflitar com os interesses de uma burguesia financeira em plena ascensão. O que vimos nomeando até aqui como “sociedade de mercado” não ficou alheio às reflexões críticas de Tocqueville.

Nestes tipos de sociedade onde nada é fixo, cada um sente-se constantemente aferroado pelo temor de descer e o ardor de subir e como o dinheiro, ao mesmo tempo que lá se tornou a marca principal que classifica e distingue os homens, também adquiriu uma singular mobilidade, passando sem cessar de mãos em mãos, transformando a condição dos indivíduos, elevando e rebaixando as famílias, quase não há mais ninguém que não tenha de fazer um esforço desesperado e contínuo para conservá-lo ou adquiri-lo. A vontade de enriquecer a qualquer preço, o gosto dos negócios, o amor ao lucro, a procura de bem-estar e dos prazeres materiais lá são, portanto as paixões mais comuns. (TOCQUEVILLE, 1979, p.46).

Ora, numa sociedade de mercado onde as instituições que outrora regulavam a vida econômica, totalmente imersa no tecido social, ruíram definitivamente, resta aos indivíduos a razão como reguladora do processo histórico e o auto-interesse como móvel de suas ações. Esse comportamento traz consigo toda sorte de conseqüências, inclusive a desagregação dos laços sociais e uma exacerbação dos interesses individuais. “Não havendo mais entre os homens nenhum laço de castas, classe, corporações, família, ficam por demais propensos a só se preocuparem com seus interesses particulares, a só pensar neles próprios e a refugiar-se num estreito individualismo que abafa qualquer virtude cívica” (TOCQUEVILLE, 1979, p.46). Essa negligência para com a vida pública, sobretudo a condução política, abriu caminho para a burguesia emergente controlar os interesses da nação.

É comumente atribuído às revoluções, em especial à Revolução Francesa e à Revolução Industrial, as razões pelas quais se erigiu a “nova sociedade”. Para compreender e analisar os efeitos da Revolução e conseqüentemente as transformações que ela desencadeou, tornava-se necessário vasculhar os registros da época que a precedeu e encontrar o conjunto de suas causas. Foi através de uma “escavação arqueológica” nos registros oficiais das principais províncias da França que Tocqueville pode conhecer e concluir a respeito do caráter da Revolução. Entre o conjunto de suas causas, chama atenção o papel que as idéias

exerceram sobre os ânimos revolucionários e na direção dos rumos da revolução. A partir de tais idéias, uma transformação que teria acontecido independentemente da Revolução, encontrou no “espírito francês” o vetor da sua profusão. “Estas idéias não ficam confinadas nos livros: baixam em todos os espíritos, misturam-se com os costumes, entram nos hábitos e penetram em toda parte, até mesmo nas práticas da vida cotidiana” (TOCQUEVILLE, 1979, p.93).

De fato, as máximas dessa conduta individualista foram enunciadas pelos porta-vozes de uma filosofia iluminista. A filosofia do século XVIII atacou a religião e renovou as opiniões que diziam respeito às condições sociais: fim dos privilégios, igualdade natural entre os homens, a soberania do povo, enfim um ataque à aristocracia. Mas esses ideólogos, assim como os dirigentes da Restauração, estavam mergulhados em suas divagações abstratas, completamente alheios aos negócios públicos ou absorvidos com os negócios particulares. Seu ideal de sociedade estava muito distante da situação vivida pelo povo, espalhavam panfletos inflamando o ódio e exortando o fim das antigas instituições como se fosse possível extinguir de um momento para o outro, sem violência nem traumas, todos os alicerces nos quais se apoiava o edifício social e reconstruir, a partir de idéias elaboradas no vazio de um gabinete, a nova sociedade.

Na visão de Tocqueville, o pecado cometido por essa *intelligentsia* foi o de pensar e escrever a respeito de uma nova sociedade sem possuir qualquer experiência em assuntos públicos. Assim, a *intelligentsia* constituía um protótipo de marginalidade, ficando sempre suspensa entre a sociedade real, que ela rejeitava, e a sociedade de seus sonhos, que era irrealizável (BARBU, 1979, p.16).

Esse foi, segundo Tocqueville, um dos motivos para as desmedidas proporções que a Revolução adquiriu na França. Mostra que o objetivo era atacar tudo o que estivesse relacionado à antiga ordem feudal e aristocrática, mas, como no antigo regime as instituições estavam entrelaçadas com o poder político, teve-se a impressão de que almejava destruir toda a sociedade. Daí seu caráter tão particular e até mesmo, violento.

A história tem mostrado que basta conhecer os alicerces culturais para perceber que as rupturas geralmente ocorrem em um nível mais superficial (superficial no sentido do que aparece e não do que é desprezível), permanecendo na base traços de continuidade. “As instituições do antigo regime, levadas para a nova sociedade em número muito maior do que se imagina, perdiam geralmente seu nome ao serem transferidas, mesmo quando suas formas, permaneciam iguais [...]” (TOCQUEVILLE, 1979, p.76).

Nesse sentido, o que a Revolução Francesa teve de peculiar foi acabar de forma abrupta e repentina um processo que já havia se iniciado há pelo menos “dez gerações”. Além disso, era uma condição para toda a Europa que mais cedo ou mais tarde transigiria às novas idéias.

Balzac e Tocqueville: uma perspectiva histórica da Revolução (à guisa de conclusão)

O que é interessante ressaltar é que esses dois grandes autores seguiram na contramão das explicações evolucionistas, apoiadas exclusivamente sobre eventos circunscritos e fragmentados, lançando mão de um método completamente oposto ao positivismo reinante. Ambos compreenderam que é no estudo das estruturas e das permanências que se pode encontrar a explicação para os eventos conjunturais e que a sucessão dessas conjunturas não significa necessariamente a passagem para um estágio superior da vida em sociedade.

Enquanto os arquitetos da Revolução tomaram para si o mérito pelas mudanças ocasionadas na sociedade francesa, Balzac e Tocqueville viram-nas como um processo de longa duração que inevitavelmente aconteceria, talvez de maneira mais branda e menos cataclísmica, independentemente da ação humana consciente. Porque, “[o] verdadeiro

conhecimento das forças motrizes do processo social e o reflexo exato, profundo e sem preconceitos da ação deste processo sobre a vida humana, assumem a forma de um movimento: um movimento que esclarece a unidade orgânica que liga a normalidade à exceção” (LUKACS, 1968, p. 62).

Embora tenhamos concentrado a análise nas idéias de Balzac no período da Restauração e a de Tocqueville na Revolução, é preciso lembrar que para Tocqueville o período revolucionário está muito aquém e além de 1789, contemplando inclusive a Restauração, da mesma forma que para Balzac, as causas do fracasso da aristocracia restaurada têm seus vícios de origem nos costumes do antigo regime. Com isso pretendemos eliminar o possível anacronismo que tal proposta poderia ensejar, entendendo o período revolucionário como um processo de “longa duração” que não poderia se originar de um marco zero e tampouco ser encerrado abruptamente sem deixar vestígios, mas, detonado por um conjunto de condições sociais, culturais e econômicas que vinham amadurecendo há muito tempo.

Balzac, através da literatura, reescreveu a história dos costumes e tradições francesas amalgamados durante muitas gerações. Sua concepção de história ultrapassa as noções mais rudimentares que a vêem como a compilação de trajetórias individuais heróicas. Está muito mais interessado em perceber como os indivíduos se reproduzem social e culturalmente dentro de um conjunto de modos e hábitos adquiridos e transmitidos na longa, lenta e quase indelével trajetória dos costumes. Como contraponto ao recorte frio e neutro feito pelos historiadores na reconstrução histórica das sociedades, o romancista fez uma reprodução “artística”, descrevendo sob a forma de “crônica de costumes” a sociedade francesa do século XIX. Ao fazê-lo, transferiu para a posteridade a realidade sintetizada pela observação. “A maioria dessas cidades estão decaídas de algum esplendor não mencionado pelos historiadores, mais ocupados com os fatos e datas do que com os costumes [...]. Mais alguns anos e essas cidades serão transformadas e não mais se verão a não ser nesta iconografia literária” (BALZAC, 1959, p.166).

Da mesma forma, os relatos de Tocqueville sobre o que viu na sociedade americana e o trabalho arqueológico nos arquivos do antigo regime, demonstram sua preocupação com o conjunto de mudanças nas formas de organização da sociedade, bem como o valor que atribuiu à história na compreensão destas mudanças. Ao buscar nos registros do antigo regime as idéias, os valores, os preconceitos que lhe sustentavam, acabou por encontrar as raízes da árvore revolucionária. E aquelas idéias e hábitos, tão inéditos no período da Revolução, que os seus ciosos protagonistas exibiam como obra sua, jaziam pacificamente no seio da antiga sociedade.

Além de termos notado que o substrato das suas reflexões foi forjado a partir de um drama histórico vivido e observado por ambos, eles próprios vêm confirmar a importância que as idéias desempenham como “forças sociais”. Se, por um lado, Tocqueville atribuiu aos filósofos iluministas a responsabilidade para as desmedidas proporções e consequências da Revolução, por outro, Balzac atribuiu à aristocracia dirigente, no período da Restauração, a falta de uma *intelligentsia* capaz de atualizar os valores aristocráticos na nova sociedade, o que a faria hegemônica perante as outras frações sociais, e instaurar no “coração” dos franceses aqueles valores necessários à manutenção dos laços sociais. Nesse sentido, poderíamos aproximá-los no que concerne ao protagonismo político que a aristocracia deveria desempenhar na condução das transformações em curso. Para os dois autores, a aristocracia elaboraria a concepção de mundo dominante de acordo com as novas idéias sem, todavia, perder de vista os valores que durante séculos foram a causa da sua superioridade.

Outras questões como a metamorfose de algumas instituições, ou o que Balzac chamou “seus anos climatéricos”, a ascensão de uma burguesia financeira disposta a controlar os interesses nacionais, a ausência de uma regulação moral na sociedade e todo um conjunto

de comportamentos característicos da sociedade de mercado vêm corroborar as análises de Balzac e Tocqueville no que diz respeito à mudança social na França revolucionária.

Não obstante, uma comparação mais acurada demandaria um tempo superior ao dispensado nesta etapa. A proposta era apenas indicar alguns pontos de similitude no pensamento desses dois autores que pudessem corroborar a hipótese de que, entre tantos atributos e veleidades inerentes a cada um, idéias emergiam como propulsoras e acionadoras da mudança social.

Referências bibliográficas

- BALZAC, Honoré. **A duquesa de Langeais**. Porto Alegre: LP&M Editores, 2006.
- _____. **A menina dos olhos de ouro**. Rio de Janeiro: Newton Compton, 1996.
- _____. **Eugênia Grandet**. São Paulo: Abril, 1981.
- BARBU, Zevedei. In: **O antigo regime e a revolução** (apresentação). Brasília: Editora da UNB, 1979.
- BORON, Atílio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BRANDES, George. Balzac. In: BALZAC, Honoré de. **A Comédia Humana**, V.9. Porto Alegre: Globo, 1956, p. xii-xl.
- BRAMSTEDT, Ernest e GERTH, Hans. In: MANNHEIM, Karl. **Liberdade, poder e planificação democrática**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- CARVALHO, Ronald. A humanidade vista por Balzac. In: BALZAC, Honoré de. **A Comédia Humana**. Porto Alegre: Globo, 1954, p.xxv-xxviii.
- GOLDMANN, Lucien. **Sociologia do romance**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GRIB, V. Balzac, uma análise marxista. In: BALZAC, Honoré de. **A Comédia Humana**, V.10. Porto Alegre: Globo, 1958, p. xxii-lxxiii.
- LUKACS, Georg. **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MILLE, Pierre. Balzac. In: BALZAC, Honoré de. **A Comédia Humana**, V.12. Porto Alegre: Globo, 1958, p. xiii-xx.
- RÓNAI, Paulo. A vida de Balzac. In: BALZAC, Honoré de. **A comédia humana**, V1. 2Ed. São Paulo: Globo, 1989.
- TAILLANDIER, François. Balzac. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- TAINE, Hippolyte. Balzac. In: BALZAC, Honoré de. **A Comédia Humana**, V.2. Porto Alegre: Globo, 1958. p.xiii-lxvi.
- TOCQUEVILLE, Alexis. **O antigo regime e a revolução**. Brasília: Editora da UNB, 1979.
- ZWEIG, Stefan. **Os construtores do mundo: Balzac – Dickens – Dostoiévsky – Holderlin Kleist – Nietzsche**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1946.